



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

Edital Pregão Eletrônico nº 10/2010

Processo nº 08335.018525/2010-10

ANEXO IV

Minuta do CONTRATO 0__/2011-SR/DPF/MS

CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA: _____. NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO FEDERAL, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na **Rua Luis Fernando Fernandes, n.º 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500**, com o CNPJ nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor _____, de acordo com suas atribuições legais, insitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003 e a empresa: _____, situada à Av. Mato Grosso, nº 3895, Bairro Coophafé, em Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ nº 07.301.273/0001-15, doravante denominada CONTRATADA e representada por _____, com a finalidade de contratar com a Administração, para **a prestação de serviços de manutenção predial**, resolvem, com base nas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010-SR/DPF/MS, relativo ao Processo nº 08335.018525/2010-10, celebrar o presente Termo de Contrato, observadas as disposições da Lei 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente instrumento é a **a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial para a Superintendência de Polícia Federal e suas Delegacias descentralizadas no Estado de Mato Grosso do Sul**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (anexo I do Edital).

II - VIGÊNCIA, VALIDADE E PRORROGAÇÃO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

CLÁUSULA SEGUNDA – A vigência do presente contrato se dará a partir de 01 de janeiro de 2011 e terá validade até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Parágrafo único. No interesse da CONTRATANTE, este contrato poderá ser prorrogado por períodos consecutivos de 12 meses cada, limitadas estas prorrogações, ao prazo máximo de 60 meses contados da data da contratação.

III - DOS VALORES

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores definidos no Pregão nº 10/2010-SR/DPF/MS, referentes aos percentuais constantes na proposta final da CONTRATADA.

IV - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – Com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato, será permitida a repactuação dos valores dos serviços ora contratados estabelecidos na Cláusula Quarta, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo primeiro. A Administração deverá analisar o pedido de repactuação da CONTRATADA, verificando se o reajuste solicitado está de acordo com os preços praticados no mercado.

Parágrafo segundo. Fica vedada, quando da repactuação, a inclusão nos custos dos serviços ora contratados, de outros valores não previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

Parágrafo terceiro. A repactuação estabelecida no **caput** desta cláusula é direito não somente da CONTRATADA, mas, também, da CONTRATANTE, caso houver uma diminuição dos custos previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

CLÁUSULA QUINTA – As despesas com a execução do presente contrato para o exercício de 2011 correrá à conta do Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Natureza de Despesa 339039 e 339030, Plano Interno 702T-11, Fonte 100 e Gestão 0001.

Parágrafo único. Foi emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº NR. 101, DE 15/10/2010, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para atender às despesas inerentes à execução do presente Contrato, durante o exercício de 2011.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

CLÁUSULA SEXTA – Fazem parte integrante e complementar do presente contrato, independentemente de suas transcrições, o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2010-SR/DPF/MS e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo Contratante;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- d) Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços deste Contrato;
- e) Ocorrendo três chamados para conserto do mesmo defeito num período de 30 (trinta) dias, será caracterizado descumprimento dos termos do Contrato e do Edital e seus anexos, permitindo aplicação de penalidades por parte da administração.
- f) Executar os serviços nos endereços descritos em dias e horários de expediente das Unidades da CONTRATANTE;
- g) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os trabalhadores necessários à perfeita execução dos serviços, bem como ficar responsável por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inatendimento não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- h) Responsabilizar-se pelos equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, administração e seguros necessários à execução dos serviços de manutenção referentes ao objeto dessa avença, e, ainda, pela estadia dos empregados, no caso de deslocamentos de equipes para serviços fora de Campo Grande-MS, abrangendo hospedagem e alimentação dos empregados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

- i) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento completo dos serviços contratados, e nos horários predeterminados pela CONTRATANTE, conforme previsto no presente Termo de Referência, sem interrupção a qualquer título, bem como qualificar antecipadamente funcionários reservas, para a pronta reposição, em todas as hipóteses que se mostrem necessárias;
- j) Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá na dependência da CONTRATANTE, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- k) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, ou outras previstas em legislação, conforme descrito no Termo de Referência;
- l) Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- m) Entregar à SR/DPF/MS, no início da prestação dos serviços e sempre que ocorrer substituição temporária ou definitiva de empregado, ficha funcional dos integrantes das equipes de manutenção, e, quando solicitado pela CONTRATANTE, da administração (escritório) da CONTRATADA, acondicionada em pasta suspensa, contendo: foto; cópia da carteira de identidade – RG; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; tipo sanguíneo/fator RH; telefone para contato; comprovante de residência; cópia da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, para comprovação da regularidade do registro profissional e demais anotações de interesse; comprovante de escolaridade exigível para a função (cópia do certificado de conclusão de curso específico ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando experiência profissional); e atestados de antecedentes criminais expedidos pelos respectivos órgãos federais e estaduais, a serem renovados semestralmente;
- n) Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da SR/DPF/MS, a critério da CONTRATANTE;
- o) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- p) Obter, às suas expensas, todas as licenças, autorizações, alvarás ou franquias eventualmente necessários à execução dos serviços contratados, além de arcar com todos os encargos referentes a impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o objeto do contrato, bem como seguro de acidentes de trabalho para seus empregados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

- q) Fiscalizar a limpeza e organização de vestiários destinados ao uso da Equipe de Manutenção, orientando sobre a correta utilização;
- r) Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;
- s) Não permitir a utilização do trabalho do menor;
- t) Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;
- u) Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados, desde suas residências até às dependências da SR/DPF/MS, sede e demais unidades neste Estado, e vice-versa, por meios próprios;
- v) Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte da SR/DPF/MS relativamente à execução dos serviços, prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados e acatar as exigências e reclamações formuladas relativamente à adequação às disposições da presente avença;
- w) Manter seu pessoal orientado em relação às normas de funcionamento e segurança da SR/DPF/MS e diligenciar para que seus funcionários tratem os Servidores, Estagiários e demais trabalhadores com atenção e urbanidade, prestando os esclarecimentos que forem solicitados;
- x) Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações a que tenha acesso em razão da execução dos serviços sob sua responsabilidade, sem o consentimento por escrito da SR/DPF/MS;
- y) Não subcontratar, transferir ou cometer o serviço a terceiros, sem prévia e expressa anuência da SR/DPF/MS, sendo vedada a subcontratação dos serviços contratados, de forma a atender o contido no presente Termo de Referência;
- z) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aa) Mobilizar todos os recursos humanos, técnicos e materiais sob sua responsabilidade e emvidar todos os esforços ao seu alcance para o atendimento a situações caracterizadas como de emergência pela Administração da SR/DPF/MS, mesmo alheias ao objeto dos serviços contratados, fazendo jus a eventual indenização pelo que desbordar de suas obrigações contratuais normais, para reequilíbrio da equação econômico financeira do contrato (art. 65, inc. II, "d" da Lei nº 8.666/93);



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

- bb) Levar imediatamente ao conhecimento da Administração da SR/DPF/MS qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção das medidas cabíveis;
- cc) Adquirir os materiais e peças de reposição, sob aprovação e anuência da CONTRATANTE, de forma ágil e eficiente, fazendo jus posteriormente ao devido ressarcimento, nos termos contratados;
- dd) Indicar um PREPOSTO para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato, cabendo ao mesmo, inclusive, orientar os subordinados da empresa prestadora de serviço, devendo ser verificada a adequação da prestação do serviço com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- ee) O PREPOSTO citado no item anterior deverá informar à SR/DPF/MS um número de telefone fixo e um número de telefone móvel, ambos com prefixos 67, para ser acionado a qualquer momento do dia, quando necessário;
- ff) Manter uma equipe de HOMENS VOLANTES para atendimento a chamadas emergenciais, fora do horário normal de expediente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia, 07 dias na semana, por meio de telefones informados pela CONTRATADA, cuja remuneração será efetuada por hora efetivamente trabalhada, sem qualquer ônus adicional para a SR/DPF/MS. O tempo de atendimento às chamadas emergenciais será de no máximo 60 (sessenta) minutos na em Campo Grande-MS e de 12 horas (doze) para as demais unidades no interior do estado de MS;
- gg) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- hh) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, referente ao objeto e relativa ao período de vigência do contrato como pré requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura;
- ii) Cumprir as demais obrigações da CONTRATADA também previstas em outros itens do edital e anexos do Pregão Eletrônico 10/2010-SR/DPF/MS, ou, ainda, aquelas que por lei lhe couberem;

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATANTE:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

- a) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA devidamente credenciados às dependências da SR/DPF/MS, onde serão prestados os serviços;
- b) Indicar servidores públicos de seu quadro para exercerem as funções de gestão e fiscalização do contrato, incumbidos de prestarem todas as orientações, esclarecimentos, informações, bem como zelarem pela implementação e manutenção das condições adequadas a que os serviços possam ser realizados dentro das normas estabelecidas neste Termo;
- c) Disponibilizar locais apropriados para funcionamento de almoxarifado, vestiário, sanitário e local administrativo com ramal telefônico, terminal de computador, para uso da CONTRATADA;
- d) Efetuar, sob pena de arcar com os acréscimos moratórios previstos em contrato, o pagamento do valor mensal avençado até o trigésimo dia após a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela Administração, desde que comprovada a regularidade fiscal nos termos do art. 36, § 1º, II da IN SLTI/MPOG02/2008, e adimplidas todas as obrigações da CONTRATADA, mormente as previstas na legislação em vigor e neste Termo de Referência;
- e) Devolver a garantia prestada pela CONTRATADA, após a execução do contrato, verificado o cumprimento de todas as obrigações avençadas;
- f) Dar ciência à CONTRATADA das normas regulamentares da SR/DPF/MS;
- g) Reunir-se, através dos servidores gestores e fiscais do contrato, com o Responsável Técnico da CONTRATADA, periodicamente ou em caráter extraordinário, por solicitação de qualquer das partes, para garantia da qualidade da execução dos serviços e apropriação dos resultados e processos desenvolvidos;
- h) Acusar à CONTRATADA, por escrito e mediante recibo, a ocorrência de irregularidades ou incompatibilidades do serviço prestado com as cláusulas da presente avença, ou ainda, infração de quaisquer disposições legais, regulamentares ou contratuais, bem como inadequação de material, produto ou equipamento aos fins a que se destinam, para efeito de correção, ajustamento de conduta e eventual aplicação das sanções cabíveis;
- i) Receber, apreciar e manifestar-se sobre justificativas apresentadas pela CONTRATADA para prestação do serviço em nível de conformidade abaixo do exigido nos termos do presente Termo de Referência, resultantes exclusivamente de fatores imprevistos, fortuitos ou de força maior, alheios ao controle do prestador;
- j) Autorizar, através do Fiscal do Contrato, a aquisição de peças e materiais necessários à execução dos serviços, conforme estabelecido em edital.
- l) Evitar que pessoas não credenciadas pela CONTRATADA efetuem manutenção e/ou reparos nos equipamentos objeto deste Contrato;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

VIII - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA – São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo primeiro - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo quarto - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

Parágrafo quinto - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA – São condições de pagamento:

- a) O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- b) O pagamento será efetuado até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao fornecimento e da prestação dos serviços e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

atestada pelo setor competente da SR/DPF/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93.

c) Será procedida consulta "ON LINE", junto ao SICAF antes de cada pagamento efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.

d) Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

e) Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

f) A empresa deverá emitir separadamente as Notas relativas ao SERVIÇO das relativas as PEÇAS.

X - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.666, de 1993 subsidiariamente, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. multa de:
 - b.1. 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato;
- c. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
- d. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

f. a aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

Parágrafo segundo - A aplicação de qualquer das penalidades previstas defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo terceiro - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo quarto - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Parágrafo quinto - Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo correio.

Parágrafo sexto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo sétimo - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

XI - VALIDADE E EFICÁCIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura pelos contratantes ficando sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

XIII - FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As partes elegem o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campo Grande/MS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, em detrimento de qualquer outro, ficando assegurado a **CONTRATANTE**, os privilégios de prazos de que trata o art. 188 do Código de Processo Civil.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em (03) três vias de um só teor e forma, perante as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

Campo Grande - MS, ____ DE _____ DE 2010.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: